

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA**

**ATA DE REUNIÃO Nº 55
SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA
REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2025**

Participantes Governo: Karen Fernanda (SMDHC), Adalberto Almeida (SMDHC), Guilherme Superintendente, (SMSU/GCM), Erico Casagrande (SMSUB), Mary Luciana Cunha (SMADS), Maria Isabel de Oliveira Capinan (SGM), Thiago Fijós (SME), Luciana Souza (SGM).

Participantes Organização Social: Beatriz Clemente

Participantes Sociedade Civil: Gisele Abreu, André Aio.

Convidado: Daniela Santiago (SMDHC); Rute Pereira, Alderon Costa (Rede Rua), Giullia Roberta da Silva, Tamara, Carol, Roseli Kraemer, Julia Cury, Aglai Viriato, Allan Santos (ODH)

Às 15:11 iniciou-se a **reunião online**, via plataforma Teams, presidida por Karen Fernanda e explica sobre o relatório de zeladoria urbana.

André Aio conselheiro inicia sua fala falando sobre um caso de racismo sofrido por uma pessoa no dia 04/08, no qual trouxe a mesma para fazer uma denúncia contra a equipe de zeladoria do “Jacaré” no qual o mesmo foi violento com a vítima (colega de André) no qual a mesma é uma pessoa PCD no qual o mesmo apertou o braço dela e a mesma ficou com dores por semanas no braço e ela fez uma carta a próprio punho e encaminhou para ouvidoria e no dia 15/08 foi o agendamento e Jonas (ODH) está dando andamento as coisas dela. André deixa como encaminhamento acionar os responsáveis de zeladoria do Jacaré e que não é o primeiro relato de denúncias por falta de ética.

Karen retorna e pede protocolo para verificar e acionar a equipe e pede para que ele encaminhe o protocolo de registro.

Mary Luciana faz a leitura do relatório e a conselheira Gisele cobra resposta das denúncias feitas anteriormente e informa que não se quer saber de relatório e que se deve ser encaminhado e Karen pede para que tenha respeito e informa que ela será retirada da reunião se não respeitar. Gisele diz que a Karen quem sairá do comitê. Karen bloqueia a conselheira do comitê.

Karen Fernanda destacou a importância da leitura do relatório, ressaltando que nem sempre as reuniões contam com a presença das mesmas pessoas. Ela informou a

Alderon que recebeu a denúncia e que já a encaminhou para o órgão competente. Em seguida, passou a palavra para André.

André Aio apontou alguns pontos presentes no relatório e destacou que a equipe responsável pela região da Sé e Glicério pertence ao grupo do Jacaré. Segundo ele, as abordagens realizadas por essa equipe são frequentemente truculentas e violentas. Relatou ainda que, em uma das ações, foi ameaçado, quase agredido e teve seu telefone quebrado.

Em seguida, Alderon Costa, próximo inscrito, solicitou que fosse registrado em ata a necessidade de um local específico e com estrutura adequada para a realização das reuniões online. Manifestou seu pesar pela saída de Mary da reunião, justamente em um momento em que os relatórios apresentados estavam sendo considerados positivos. Informou ainda sobre uma tabela que aponta as subprefeituras que não estão enviando comunicados sobre ações de zeladoria ao SEAS, reforçando a importância de que esses envios sejam retomados. Alderon também destacou a atuação da Polícia Militar, sugerindo que sejam oferecidos cursos e formações para a equipe do Jacaré. Ressaltou que o relatório poderia ser lido também pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) e sugeriu que os conselheiros do PopRua participem ativamente dessas discussões. Enfatizou a necessidade de se pensar na segurança dos funcionários do SEAS e expressou o desejo de receber os relatórios.

Karen Fernanda respondeu informando que os relatórios estão disponíveis no site.

O Inspetor Guilherme informou que considera importante a realização de formações voltadas para a zeladoria urbana. Destacou também a relevância de receber os relatórios por e-mail, assim como os informes indicando os locais onde ocorrerão as ações, de modo a facilitar o apoio e o acompanhamento das equipes.

Beatriz Clemente informou que também sentiu a ausência de menção à Polícia Militar no relatório e solicitou que a presença da corporação seja comunicada previamente. Ressaltou ainda que não há um(a) assistente social atuando junto nas ações, o que considera uma situação grave. Destacou a importância de que o PopRua seja avisado com antecedência e que não sejam entregues pertences sem o devido controle e lacre. Por fim, enfatizou que é fundamental informar previamente quando a zeladoria urbana irá atuar, para que as pessoas em situação de rua possam se preparar e se defender e o inspetor Guilherme informa que o cronograma é de subprefeituras e acredita que o comitê cobrando consegue se ter esse documento e Beatriz pede para que seja feito esse ofício pedindo esse cronograma e que a SMADS acompanhe com Assistente social e psicólogos avisando as ações de zeladoria.

Roseli Kraemer afirmou que um dos pedidos recorrentes feitos ao poder público é em relação à atuação da zeladoria urbana. Criticou duramente a postura do atual governo, classificando-o como higienista e acusando-o de estar promovendo o enfraquecimento das políticas voltadas para a população em situação de rua (PopRua). Segundo ela, é

absurdo o que tem ocorrido nas ações de zeladoria, destacando que, muitas vezes, as equipes não conseguem chegar aos locais por medo, e que as abordagens são feitas com carros com faróis apagados, instaurando um clima de terror entre as pessoas em situação de rua, que estão pedindo socorro e acolhimento. Roseli agradeceu ao Inspetor Guilherme por sua participação no comitê, destacando que ele se diferencia dos demais por ser um ser humano empático. Por fim, criticou a postura de se realizar uma reunião, apresentar documentos e não permanecer para ouvir os participantes, considerando tal atitude um desacato.

Aglai Viriato informou que não existe um decreto de lei que obrigue a presença da Polícia Militar ou da Guarda Civil Municipal acompanhada por profissionais do serviço social durante as ações. No entanto, destacou que é possível encaminhar um ofício solicitando esse acompanhamento para determinados locais, a partir das demandas apresentadas. Ela também ressaltou que há casos em que pessoas em situação de rua apresentam comportamentos agressivos. Mencionou também que, no Guarujá, havia situações em que essas pessoas eram acordadas com agressões físicas para serem levadas ao acolhimento. Já em São Paulo, relatou a existência do chamado "rapa", reforçando a necessidade de repensar as abordagens realizadas com essa população.

O Inspetor Guilherme informou que a Guarda Civil Metropolitana (GCM) realiza sim o acompanhamento das ações. Destacou que, atualmente, apenas as subprefeituras têm pleno conhecimento das ações realizadas.

Em relação às formações, afirmou que é possível oferecê-las e propôs a criação de um **protocolo específico para a zeladoria urbana**. Após a realização do curso, sugeriu que seja feito um levantamento para mensurar se houve aumento ou diminuição da violência nas ruas, sendo esse um papel que o comitê poderia assumir. Enfatizou ainda que o curso deve ser ministrado **ainda este ano**, considerando a alta rotatividade de profissionais nas equipes. Para garantir efetividade, sugeriu que a formação seja oferecida **ao menos de forma bimestral**.

Karen destacou que, no ano de 2025, foram realizadas 12 formações nas subprefeituras de São Paulo, sendo que, no total, são 32 subprefeituras. Manteve o convite aberto para que a equipe do SEAS participe das formações e sugeriu que o convite possa ser estendido também para a Guarda Civil Metropolitana (GCM).

Gisele Abreu ressaltou que várias situações estão acontecendo em campo e que existem núcleos onde são frequentes as denúncias. Informou que, na localidade onde atua, ocorrem brigas básicas e que a GCM é acionada, questionando, porém, a ausência da equipe técnica e do serviço de assistência social nessas situações. Ela acrescentou que, se os equipamentos públicos dissessem respeito à dignidade das pessoas, a situação seria melhor. Comentou que a prefeitura repassa milhões para esses locais, informação que ela acompanha pelo Portal da Transparência, citando especificamente o caso do Chá do Padre. Questionou qual é o papel da assistência social, que deveria estar presente para acolher as pessoas, e afirmou que é necessária uma parceria efetiva entre a GCM e

a assistência social. Gisele relatou ainda que não deveria haver pessoas na calçada, pois o objetivo das ações seria outro, mas que as equipes apenas atacam e fazem apontamentos negativos. Criticou a existência de relatórios mentirosos e afirmou que, sempre que uma pessoa acolhida comete algum erro, ela é expulsa para a rua. Destacou novamente o caso do Cha do Padre e questionou onde estão os milhões investidos, observando que ninguém luta pela melhoria da saúde psicológica das pessoas mais vulneráveis. Finalizou ressaltando que abrigo não é sinônimo de lar.

Link apresentação: [Relatório Agosto 24/09](#)

Encaminhamentos

	Descrição dos encaminhamentos	Data	Destino
1	Formação periódica das equipes – bimestralmente.	25/09/2025	SMADS/SMDHC
3	Sala reservada para reuniões online do subcomitê	25/09/2025	SMDHC
4	Ofício de cronograma de ações de Zeladoria Urbana	25/09/2025	SMDHC